

DO TRABALHO PRECÁRIO NO CAMPO E NA CIDADE À ORGANIZAÇÃO MILITANTE: FORMAS DE ATUAÇÃO POLÍTICA DE MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

FROM THE PRECARIOUS WORK IN THE COUNTRYSIDE AND IN THE CITY TO THE MILITANT ORGANIZATION: FORMS OF POLITICAL ACTION OF SOCIAL MOVEMENTS IN BRAZIL

Renan Dias Oliveira¹

RESUMO

O tema deste artigo se fundamenta em dois eixos principais: o primeiro procura analisar, do ponto de vista da Sociologia do Trabalho, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) têm atuado na incorporação de grupos precarizados de trabalhadores rurais e urbanos em suas fileiras de atuação social e política. O segundo procura analisar como os “setores de formação” dos dois movimentos atuam nessa dinâmica de absorção de trabalhadores e na conseqüente formação política desses mesmos trabalhadores, que irão compor as fileiras dos dois movimentos sociais de forma orgânica, como militantes. Por fim, é feita uma comparação entre as dinâmicas dos dois movimentos, a fim de melhor compreender o caminho percorrido por trabalhadores precarizados, que se tornam atores políticos no interior dos dois maiores movimentos sociais do país. Considerou-se importante resgatar trabalhos de pesquisa realizados sobre a formação política em movimentos sociais, mas dando ênfase ao protagonismo político de setores de trabalhadores precarizados nesses dois movimentos.

PALAVRAS-CHAVE: trabalhadores precários; MST; MTST; política; formação.

ABSTRACT

The theme of this article is based on two main axes: the first seeks to analyze, from the point of view of Sociology of Work, such as the Landless Workers Movement (MST) and the Movement of the Homeless Workers (MTST) in the incorporation of precarious groups of rural and urban workers into their ranks of social and political activity. The second seeks to analyze how the "training sectors" of the two movements act in this dynamic of absorption of workers and the consequent political formation of these same workers, who will form the ranks of the two social movements in an organic way, as militants. Finally, a comparison is made between the dynamics of the two movements in order to better understand the path taken by precarious workers, who become political actors within the two largest social movements in the country. It was considered important to rescue research work carried out on political formation in social movements, but emphasizing the political protagonism of sectors of precarious workers in these two movements.

KEY WORDS: precarious workers; MST; MTST; politics; formation.

¹ Graduado em Ciências Sociais pela UFSCAR e História UNIFRAN. Mestre em Política Científica e Tecnológica pela UNICAMP. É professor de História e Filosofia no Centro Universitário Fundação Santo André/SP. Cursa graduação em Filosofia na Universidade de São Paulo (USP). E-mail: renan.dias.oliveira@usp.br

INTRODUÇÃO

A temática da precarização do trabalho no campo não é recente na bibliografia sociológica. A formação estrutural desigual da propriedade fundiária no Brasil e o avanço do capitalismo na zona rural nas últimas décadas criaram um ambiente de trabalho cada vez mais precarizado e carente de direitos sociais. As transformações sociais no meio rural têm se mostrado socialmente excludentes nas últimas décadas, relacionadas a um avanço tecnológico cada vez maior na produção e à precarização do emprego nas relações de trabalho, caracterizadas pelo autoritarismo e pela informalidade. No início da década de 1980 o mercado de trabalho no meio rural sofreu profundas alterações. Como reflexo do chamado “milagre econômico brasileiro” (1967-1972), a produção rural se viu cada vez mais refém do capitalismo urbano brasileiro. A produção no campo, principalmente a agricultura, assiste também a um crescimento da produtividade e a uma alta especialização do trabalho. E assim como o crescimento industrial, que puxou o “milagre econômico”, o crescimento econômico no campo não significou mudanças positivas para os trabalhadores rurais. Destarte conquistas pontuais, a propriedade da terra continuou extremamente concentrada e os direitos sociais avançaram pouco (SILVA, 2007).

Segundo Schlindwein (2011), a Constituição de 1988 pode ser considerada um marco na história da luta por direitos dos trabalhadores rurais no Brasil. Principalmente as conquistas no acesso aos benefícios previdenciários foram frutos de intensa mobilização social. Mas Sant’Ana (2014, p.5) aponta que o modelo agrário monocultor e exportador remonta aos projetos de “modernização do campo” capitaneados pela ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Já nesse período a resistência a esse modelo começa também a se articular. Em janeiro de 1984 realiza-se na cidade de Cascavel, estado do Paraná, um grande encontro de trabalhadores rurais, no qual se decide pela construção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST. Em janeiro de 1985 realiza-se na mesma cidade o 1º Congresso Nacional do MST. O movimento viria a se constituir como o maior movimento social do país nos anos seguintes e teria um papel decisivo na incorporação de trabalhadores rurais precarizados e na formação política desse contingente, do qual grande parte viria a se tornar militante política ativa do movimento.

Hoje o MST conta com onze setores em sua estrutura de organização, sendo um deles de “Educação” e outro de “Formação”. O setor de “Educação”, que atua constantemente nos acampamentos e assentamentos, abarca uma perspectiva ampla, que envolve desde as necessidades específicas das ocupações, a conquista de escolas nos acampamentos e a capacitação de professores até à construção de um modelo alternativo de educação radicalmente

popular, e à erradicação do analfabetismo nas áreas de atuação. Já o setor de “Formação” abarca, de forma mais específica, a estruturação e organização dos cursos de formação política, como também se pode ler no site do MST:

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) é um espaço destinado, por excelência, para a formação política de trabalhadores sem-terra precarizados que passam a compor as fileiras do MST., por isso foi escolhida como objeto de pesquisa sociológica neste projeto. A inspiração pedagógica do movimento, que se cristaliza na ENFF, baseia-se em diversos autores e perspectivas de educação popular, mas como aponta Ribeiro (2015), sua principal fonte remete à chamada “educação libertadora”, com base nas obras, metodologia e atuação do educador brasileiro Paulo Freire.

O MST considera de fundamental importância absorver trabalhadores rurais precarizados e oferecer-lhes formação política para que se integrem à corrente de militantes do movimento. A Escola Nacional Florestan Fernandes torna-se assim o espaço principal em que o MST estrutura cursos de formação política sólida para esses trabalhadores, recebendo colaborações nos cursos de diversos intelectuais, professores, artistas e ativistas que são próximos do movimento.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) surge no final dos anos 1990 das fileiras do próprio MST. O Movimento Sem-Terra se vê então na necessidade de articular um movimento específico para as questões políticas dos trabalhadores urbanos. A ocupação de terras (em muitos casos já terras urbanas) continua sendo de extrema importância para a formação política de trabalhadores precarizados recém-incorporados pelo movimento.

Goulart (2011) aponta que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST, passava a se preocupar também com a formação política e organização dos trabalhadores “das cidades” e não apenas “nas cidades”. A partir da Marcha Nacional do MST em 1997, o movimento liberou militantes para construir um movimento análogo nas cidades, a fim de enfrentar as consequências do neoliberalismo no mundo urbano, naquele momento notadamente o desemprego, a precarização do trabalho e a falta de acesso à moradia. O MTST vai aos poucos se estruturando, tendo a organização de trabalhadores precarizados como uma de suas propostas centrais, ressaltando as dificuldades da organização sindical e a importância da organização política a partir do “território”.

O movimento atua politicamente em diversas questões relacionadas à classe trabalhadora nas cidades. Não se define simplesmente como mais um “movimento de moradia”, ainda que a moradia faça parte dos direitos necessários para a população mais pobre viver nas cidades. De forma geral, o setor da classe trabalhadora que se incorpora ao MTST nas

ocupações vive uma realidade de precarização do trabalho, dificuldade em pagar aluguéis, desemprego, miséria ou pobreza, e faz-se necessário enfrentar e superar também esses problemas.

O aumento do desemprego, atrelado a uma forte competição entre os trabalhadores, engendrou uma situação em que a “empresa neoliberal” tinha muito mais facilidade para desestruturar os grandes e antigos coletivos de trabalho. Como exemplo pode-se citar a questão das terceirizações, que logrou dispersar as concentrações de trabalhadores nas fábricas e facilitar a destruição das “antigas relações políticas”, empurrando grande parte da “nova classe trabalhadora” para o setor de serviços, carente de organizações coletivas consolidadas e fortalecidas. Além disso, outro fator merece destaque na reconfiguração e na construção de novos espaços de trabalho nos anos 1990: “[...] uma concepção reestruturada do espaço e com fartura de equipamentos informacionais, permitiu uma profunda transformação da organização do trabalho à qual nem todos os integrantes da “velha classe trabalhadora” puderam adaptar-se” (BRAGA, 2006, p. 138).

O MTST desenvolve formas diversas de formação política. A ocupação de terras, assim como ocorre com o MST tem para o movimento um caráter pedagógico e formativo por excelência. É o primeiro momento de aprendizado e formação na própria ação política direta. Mas é inegável o potencial do movimento em organizar e formar politicamente trabalhadores precarizados nos últimos anos. Em sua organização interna, o MTST, assim como o MST, também conta com um “setor de formação”. O MTST não conta com uma estrutura tal qual o MST, que por exemplo tem a Escola Nacional Florestan Fernandes como principal centro de formação. Também não tem ainda uma rede de relações com outros movimentos sociais, universidades, partidos políticos de esquerda, frentes amplas de mobilização que lhe permitam oferecer cursos de formação política estruturados como os do MTST. Mas, desde suas origens, o movimento reserva lugar especial para a formação de seus militantes e realiza essa formação, progressivamente, em suas ocupações. Tem sido cada vez mais comum o MTST fazer parcerias com grupos locais de educação popular e de teatro, a fim de que participem da formação política de seus militantes a partir de seus territórios (GOULART, 2011).

A metodologia da pesquisa consistiu em levantamento bibliográfico que serviu de referência aos temas apontados na apresentação do texto. A parte teórica dialogou com a pesquisa de campo criando uma síntese no momento da sistematização e redação; e também fundamentou a própria pesquisa de campo nos objetivos e hipóteses a que ela se propôs, conforme aponta Demo (1987) e os estudos de caso de Antunes (2010) e Braga (2015). Na pesquisa de campo foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores que

frequentam os cursos do MST na ENFF e em ocupação do MTST na região metropolitana de São Paulo, na cidade de São Bernardo do campo, durante os anos de 2017 e 2018, tendo o objetivo de traçar um perfil desses trabalhadores quanto às suas trajetórias ocupacionais e quanto ao seu interesse em compor os movimentos sociais em questão como militantes políticos.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO POLÍTICA NO MST

As transformações sociais no meio rural têm se mostrado socialmente excludentes nas últimas décadas, relacionadas a um avanço tecnológico cada vez maior na produção e à precarização do emprego nas relações de trabalho, caracterizadas pelo autoritarismo e pela informalidade. No Brasil, desde a década de 1960 há uma efetiva diminuição do trabalho permanente no campo, relacionada a enormes taxas de êxodo rural, ao crescimento do trabalho sazonal e ao aumento dos contratos informais de trabalho (GONÇALO, 2001).

No início da década de 1980 o mercado de trabalho no meio rural sofreu profundas alterações. Como reflexo do chamado “milagre econômico brasileiro” (1967-1972), a produção rural se viu cada vez mais refém do capitalismo urbano brasileiro. A produção no campo, principalmente a agricultura, assiste também a um crescimento da produtividade e a uma alta especialização do trabalho. E assim como o crescimento industrial, que puxou o “milagre econômico”, o crescimento econômico no campo não significou mudanças positivas para os trabalhadores rurais. Destarte conquistas pontuais, a propriedade da terra continuou extremamente concentrada e os direitos sociais avançaram pouco (SILVA, 2007).

Nas últimas décadas o capital industrial e comercial operou profundas transformações na estrutura social do campo no Brasil. Um considerável contingente de pequenos produtores se viu obrigado a deixar de produzir para a subsistência e para mercados locais e a se inserir na dinâmica do mercado capitalista globalizado. Para tanto, a maioria dos pequenos produtores ficam reféns de insumos e tecnologias de propriedade de grandes corporações, os quais se veem na necessidade de adquirir. Sem conseguir competir no mercado com essas mesmas grandes corporações, muitos pequenos produtores têm que complementar sua renda familiar com trabalhos temporários e sazonais, o que aumenta o grau de precarização do trabalho no campo (GONÇALO, 2001).

Esse contingente de pequenos produtores, que se tornam pauperizados mesmo em jornadas duplas, também tem dificuldade de acesso a direitos e políticas sociais. Como aponta Gonçalo (2001, p. 13): “Há aproximadamente sete milhões de assalariados rurais no Brasil, de um total de catorze milhões de pessoas ocupadas na agricultura [...], cerca de cinco milhões de

assalariados rurais não possuem carteira assinada nem direitos trabalhistas como 13º salário, férias e FGTS”. Pode-se afirmar, assim, que o trabalho no campo, a despeito de incontáveis avanços tecnológicos, segue uma tendência de precarização cada vez mais intensa no país.

Como aponta Schlindwein (2011), os trabalhadores rurais passam a integrar o conjunto das ações de proteção social no Brasil somente na década de 1970, diferentemente do trabalhador urbano, que passou a ter alguns direitos assegurados a partir da década de 1930. E ainda assim, com disparidades enormes entre as duas categorias, o que fica evidente, por exemplo, nas questões que tocam à aposentadoria e aos acidentes de trabalho, as quais o trabalhador rural tem ínfima proteção social ainda hoje.

Ainda segundo Schlindwein (2011), a Constituição de 1988 pode ser considerada um marco na história da luta por direitos dos trabalhadores rurais no Brasil. Principalmente as conquistas no acesso aos benefícios previdenciários foram frutos de intensa mobilização social de entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FENTAG), os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e outros movimentos de representação e mobilização política que ganharam força nos anos 1980. Outras leis, como a que trata da aposentadoria de mulheres trabalhadoras rurais, por exemplo, só vieram na década de 1990. Ainda assim os direitos assegurados na Constituição de 1988 significaram um importante arcabouço no que toca à seguridade social para os trabalhadores rurais, em um momento em que o neoliberalismo impactaria fortemente o emprego e as relações de trabalho no país.

Sant’Ana (2014, p.5) aponta que desde a década de 1990 o chamado “agronegócio” vem se estruturando e se fortalecendo no cenário agrícola brasileiro: “[...] com presença massiva de capitais internacionais, aportes vindos dos governos e fortalecimento político de seus representantes”. Ao passo que o agronegócio foi se fortalecendo nas últimas duas décadas, as políticas de seguridade social foram regredindo. As taxas de êxodo rural continuaram aumentando, bem como o desemprego no campo. Mudanças significativas na estrutura fundiária do país em prol dos trabalhadores são impossíveis no contexto neoliberal:

A agricultura familiar e a camponesa permanecem com menores investimentos e resistindo à pressão do modelo hegemônico, que produz tecnologia voltada para a monocultura e inflaciona o mercado de terras, de maneira a dificultar uma reforma agrária ampla e maciça e uma política agrícola de bases agroecológicas. Os rebatimentos desse processo sobre o mundo do trabalho são evidentes: a desertificação do campo em áreas de monocultura, a diminuição dos agricultores familiares e camponeses, a precarização do trabalho assalariado, a concentração dos maiores

índices de pobreza em área rural e o acirramento da luta pela terra. (SANT'ANA, 2014, p. 6).

Esse modelo agrário monocultor e exportador remonta aos projetos de “modernização do campo” capitaneados pela ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Já nesse período a resistência a esse modelo começa também a se articular. Em janeiro de 1984 realiza-se na cidade de Cascavel, estado do Paraná, um grande encontro de trabalhadores rurais, no qual se decide pela construção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST. Em janeiro de 1985 realiza-se na mesma cidade o 1º Congresso Nacional do MST. O movimento viria a se constituir como o maior movimento social do país nos anos seguintes e teria um papel decisivo na incorporação de trabalhadores rurais precarizados e na formação política desse contingente, do qual grande parte viria a se tornar militante política ativa do movimento.

A pesquisa terá também o objetivo de analisar a estrutura, o conteúdo e as práticas formativas do MST nos cursos oferecidos na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), principal espaço de formação do MST, que tratam da atual crise estrutural do capital, principalmente no que incide diretamente na precarização do trabalho rural. Morissawa (2007) aponta que o MST tem, desde suas origens, uma atenção especial para os espaços formativos em sua dinâmica de atuação. Após as primeiras ocupações de terra do movimento na década de 1980 e como fruto, principalmente, de seu 1º Congresso Nacional, o MST já defendia que as ocupações têm um caráter pedagógico por excelência. Quem nelas está envolvido aprende, ensina e partilha conhecimentos. Mas já reconhecia que para manter a dinâmica e os propósitos do movimento coesos seriam necessários espaços específicos de formação política.

Hoje o MST conta com onze setores em sua estrutura de organização, sendo um deles de “Educação” e outro de “Formação”. O setor de “Educação”, que atua constantemente nos acampamentos e assentamentos, abarca uma perspectiva ampla, que envolve desde as necessidades específicas das ocupações, a conquista de escolas nos acampamentos e a capacitação de professores até à construção de um modelo alternativo de educação radicalmente popular, e à erradicação do analfabetismo nas áreas de atuação. Como é explicitado no site do movimento:

Se a terra representa a possibilidade de trabalhar, produzir e viver dignamente, a educação é o outro instrumento fundamental para a continuidade da luta. Com isso, o Setor de Educação busca dar repostas às necessidades educacionais nos acampamentos e assentamentos. Os maiores objetivos são a erradicação do analfabetismo nas áreas, a conquista de condições reais para que toda criança e adolescente esteja na escola, isso implica na luta por escolas de ensino fundamental e médio dentro dos assentamentos, a capacitação dos professores para que sejam

respeitados enquanto sabedores das necessidades e portadores da novidade de construir uma proposta alternativa de educação popular (MST, s/d).

Já o setor de “Formação” abarca, de forma mais específica, a estruturação e organização dos cursos de formação política, como também se pode ler no site do MST:

As diversas formas de luta, por si só, já são um elemento fundamental na formação das pessoas. Porém, é preciso ir além e se aprofundar na compreensão do mundo e adquirir uma formação sociopolítica da qual, em geral, os trabalhadores foram privados. Para isso, existe o Setor de Formação, que tem a tarefa de organizar cursos de formação política (MST, s/d).

Além dos setores organizativos há um espaço destinado aos editoriais do movimento, no qual um dos eixos é “Educação, Cultura e Comunicação”. Esse eixo, que atua na edição dos jornais e nos materiais pedagógicos do MST, tem uma concepção de educação e formação política com base no Dicionário na Educação do Campo, o qual tem a seguinte definição: “A educação e o acesso à cultura, ao conhecimento, a valorização dos saberes populares, é condição fundamental para a realização dos brasileiros como seres humanos plenos, com dignidade e altivez.” (CALDART et al. 2012, p. 239).

A ENFF está situada no município paulista de Guararema e foi inaugurada com um grande evento internacional em 23 de janeiro de 2005. Construída entre os anos de 2000 e 2005, a partir do trabalho voluntário de mais de mil trabalhadores sem-terra e simpatizantes, hoje a escola oferece grande quantidade de cursos em várias áreas do conhecimento.

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) é um espaço destinado, por excelência, para a formação política de trabalhadores sem-terra precarizados que passam a compor as fileiras do MST., por isso foi escolhida como objeto de pesquisa sociológica neste projeto.

A inspiração pedagógica do movimento, que se cristaliza na ENFF, baseia-se em diversos autores e perspectivas de educação popular, mas como aponta Ribeiro (2015), sua principal fonte remete à chamada “educação libertadora”, com base nas obras, metodologia e atuação do educador brasileiro Paulo Freire. Esta perspectiva de educação, desde 1961 com o Movimento de Educação de Base (MEB), passou a defender que o projeto educacional e pedagógico do campo político da classe trabalhadora não poderia ser o mesmo projeto educacional e pedagógico do campo político do capital. Com inspiração no espectro teórico do marxismo, os educadores populares do MEB começavam a perceber que o projeto educacional dos setores oprimidos da sociedade estava intrinsecamente ligado a um projeto político próprio. O projeto da classe trabalhadora, da educação de caráter libertador, deveria estar, então, atrelado

à luta de classes. No caso da classe trabalhadora precarizada do campo, deveria estar atrelada ao enfrentamento ao latifúndio e à luta pela reforma agrária (RIBEIRO, 2015).

O primeiro momento em que se torna claro que o enfrentamento de interesses de classe ocorre é na própria ocupação de terras. Segundo Silva (2007), a ocupação é um momento de disputa, contestação e ruptura da propriedade privada, o que vislumbra e fomenta a construção de uma nova ordem social. A expropriação de terras sugere um campo amplo para debates, compreensão e aprofundamento da consciência em torno do controle e do domínio que existe no bojo da sociedade capitalista. Ela define a expropriação como “[...] processo complexo e interligado entre produção material e ideológica da vida, a partir da caracterização da expropriação dos meios de produção, compreendemos o caráter educativo que a sustenta, ao mesmo tempo em que é gerado por ela.” (SILVA, 2007, p. 7).

Posteriormente, esse conhecimento advindo da prática política é sistematizado para os cursos de formação na ENFF. Os cursos na escola expressam a leitura e a interpretação que o MST faz da presente crise do capital e da precarização do trabalho no campo. O movimento compartilha nos cursos a tese de Mézaros (2002) ao defender que esta crise é a manifestação das consequências mais perniciosas da ordem regida pelo capital, que afeta primordialmente os trabalhadores e também ecossistemas inteiros. Os principais sintomas da crise são o desemprego estrutural, a precarização intensiva da força de trabalho e a catastrófica e intensa destruição ambiental. Com base em estudo de Pinassi (2009) o MST também defende a tese de que, durante sua fase de ascensão histórica, o sistema metabólico do capital protelava a agudização de problemas como a precarização do trabalho, utilizando-se de sua estrutura hierárquica e sedimentada no desenvolvimento desigual, transferindo suas contradições do centro para a periferia do sistema.

Ainda segundo Pinassi (2009), em um determinado momento de acumulação, os limites absolutos do capital são desafiados, a crise se manifesta em quatro eixos principais e de forma estrutural: possui caráter universal no mundo do trabalho, seu caráter estrutural afeta todas as economias nacionais, atinge uma escala temporal permanente e, por fim, tem um caráter “sub-reptício”, rastejante, diferente das bruscas alterações do sistema nos séculos XIX e XX. É uma crise que afeta a totalidade do sistema, precarizando o trabalho, recaindo nos setores oprimidos social, política e economicamente, além de causar impactos ambientais irreversíveis. (MÉSZAROS, 2002).

Vê-se que o MST considera de fundamental importância absorver trabalhadores rurais precarizados e oferecer-lhes formação política para que se integrem à corrente de militantes do movimento. A Escola Nacional Florestan Fernandes torna-se assim o espaço

principal em que o MST estrutura cursos de formação política sólida para esses trabalhadores, recebendo colaborações nos cursos de diversos intelectuais, professores, artistas e ativistas que são próximos do movimento. É importante se destacar que com as reconfigurações da dinâmica rural-urbano no Brasil, o movimento tem sido responsável também por absorver e formar politicamente na ENFF muitos trabalhadores urbanos, sejam trabalhadores precarizados que sempre se ocuparam na cidade, sejam trabalhadores provenientes da zona rural, mas que desempenham frequentemente trabalhos sazonais nas regiões urbanas (MARTINS, 2004)

A CONSTRUÇÃO POLÍTICA NO MTST

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), como citado anteriormente, surge no final dos anos 1990 das fileiras do próprio MST. O movimento se vê então na necessidade de articular um movimento específico para as questões políticas dos trabalhadores urbanos. A ocupação de terras (em muitos casos já terras urbanas) continua sendo de extrema importância para a formação política de trabalhadores precarizados recém-incorporados pelo movimento. O MTST é confrontado com três aspectos da conjuntura neoliberal brasileira, que impõem reformulações em relação ao MST para a atuação do movimento a partir dos anos 2000. Como aponta Goulart (2011, p.3):

[...] a mudança da base social dos movimentos sociais que sofre com a intensa precarização do trabalho, com o crescimento do desemprego estrutural e não tem qualquer experiência em organizações de trabalhadores. Em segundo, a aplicação de políticas sociais regressivas pelos governos neoliberais desde os anos 1990, a piora das condições gerais de vida da classe trabalhadora, que por outro lado, se vê apartada de sua direção histórica, o PT e a CUT, que ao longo dos anos 90, aderiram ao neoliberalismo até completar este ciclo com a vitória eleitoral em 2002, que elegeu Lula para a Presidência da República.

O MTST cresce em número de ocupações nos anos seguintes à sua fundação e chega à nacionalização em 2009. Mas desde o final dos anos 1970, os movimentos sociais urbanos já despontavam como resposta à chamada “crise urbana”, que implicava em altas taxas de desemprego nas regiões metropolitanas, precarização do trabalho e carência de moradias (MARICATO, 2015). A conjuntura neoliberal em que o movimento foi forjado impôs novas formas de enfrentamento do movimento com o Estado e com o capital, o que fez com que o MTST assumisse uma postura nitidamente anticapitalista e radicalizada na luta por direitos da classe trabalhadora urbana no Brasil.

O MTST faz referência à sua origem em um documento, a Cartilha do Militante de 2005, onde confere ao MST um papel de coautor em sua formação e formula uma explicação para sua atuação na cidade.

O MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é um movimento conhecido por todos nós por sua luta árdua por uma vida digna para quem mora no campo. É um movimento sério que sabe que a maioria do povo pobre vive na cidade e não nas áreas rurais. Com isto, percebeu a necessidade de ajudar os trabalhadores urbanos a se organizarem para lutar também por melhores condições de vida (CARTILHA DO MILITANTE, 2005).

Goulart (2011) aponta que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST, passava a se preocupar também com a formação política e organização dos trabalhadores “das cidades” e não apenas “nas cidades”. A partir da Marcha Nacional do MST em 1997, o movimento liberou militantes para construir um movimento análogo nas cidades, a fim de enfrentar as consequências do neoliberalismo no mundo urbano, naquele momento notadamente o desemprego, a precarização do trabalho e a falta de acesso à moradia. Foi na cidade de Campinas-SP que o MTST lançou suas bases de construção autônoma com a ocupação “Parque Oziel” em fevereiro de 1997.

As dificuldades eram novas para os trabalhadores precarizados que participaram da ocupação e também para militantes do MST que não estavam acostumados com a complexidade das relações nas grandes cidades, como, por exemplo: “[...] o papel das forças políticas dentro da cidade, como se organizar nesse meio, como se relacionar com os partidos políticos, com o tráfico de drogas e com todas as facções que se organizam no meio urbano” (BENOIT, 2002, p. 141). E essa complexa realidade urbana viria a se apresentar duramente para o movimento em outras ocupações pelo estado de São Paulo ainda no ano de 1997, justamente em um momento em que o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) criminalizava diversos movimentos sociais e em que o crime organizado crescia exponencialmente nas periferias urbanas.

O MTST vai aos poucos se estruturando, tendo a organização de trabalhadores precarizados como uma de suas propostas centrais, ressaltando as dificuldades da organização sindical e a importância da organização política a partir do “território” em que o setor da classe trabalhadora precarizada vive no atual contexto social, até se definir como:

[...] um movimento que organiza trabalhadores urbanos a partir do local em que vivem: os bairros periféricos. Não é nem nunca foi uma escolha dos trabalhadores morarem nas periferias; ao contrário, o modelo de cidade capitalista é que joga os mais pobres em regiões cada vez mais distantes. Mas isso criou as condições para que os trabalhadores se organizem nos territórios periféricos por uma série de reivindicações comuns. Criou identidades coletivas dos trabalhadores em torno destas reivindicações e de suas lutas. Ao mesmo tempo, a organização sindical, no espaço de trabalho, tem tido enormes dificuldades em organizar um segmento crescente de trabalhadores (desempregados, temporários, terceirizados, trabalhadores por conta

própria, etc.), a partir de transformações ocorridas no próprio processo produtivo, que tornaram as relações trabalhistas mais complexas e diversificadas. (MTST, s/d).

O movimento atua politicamente em diversas questões relacionadas à classe trabalhadora nas cidades. Não se define simplesmente como mais um “movimento de moradia”, ainda que a moradia faça parte dos direitos necessários para a população mais pobre viver nas cidades. De forma geral, o setor da classe trabalhadora que se incorpora ao MTST nas ocupações vive uma realidade de precarização do trabalho, dificuldade em pagar aluguéis, desemprego, miséria ou pobreza, e faz-se necessário enfrentar e superar também esses problemas. Além disso, muitos bairros periféricos urbanos enfrentam diversas dificuldades estruturais, como falta de escolas, postos de saúde, transporte coletivo, segurança, áreas de cultura e lazer, coleta de lixo e esgoto e outros. O MTST atua constantemente, junto às populações locais, para enfrentar também essas demandas junto ao poder público e à sociedade de forma geral. O MTST defende uma Reforma Urbana estrutural como forma de resolver o conjunto desses problemas e postula ideais de transformação mais ampla da sociedade:

Defendemos uma transformação profunda no modo como as cidades estão organizadas. Hoje as cidades servem para dar lucro e são gerenciadas como uma empresa pelos governantes. Há gente que ganha bilhões com a expulsão dos trabalhadores para as periferias e com a precariedade dos serviços públicos. Expulsando os mais pobres do centro, os especuladores de terra e empreiteiros veem seus condomínios de luxo, prédios de escritório e outras obras se valorizarem cada vez mais. Mantendo a saúde pública precária, ganham as empresas de planos de saúde; mantendo a educação pública precária, ganham os donos de escolas particulares; mantendo transporte público precário, ganham as grandes empresas de produção de automóveis; e assim por diante. Assim, a bandeira de uma Reforma Urbana profunda e popular torna-se uma luta fundamental contra os interesses do capital. (MTST s/d)

O MTST tem lidado nesses anos desde sua fundação com uma classe trabalhadora cada vez mais precarizada e carente de direitos sociais. Segundo Braga (2006, p.137), foi na década de 1990 que um novo regime de acumulação mais ou menos coerente conseguiu se estruturar:

Assistimos então à desestruturação da empresa fordista em benefício de um modelo de organização das relações de produção orientado pela generalização do processo de terceirização, pela compressão dos níveis hierárquicos, pelo desenvolvimento de estratégias gerenciais objetivando a mobilização permanente da força de trabalho, pela cooperação constrangida dos assalariados, pela administração por metas, assim como pela fragmentação da relação salarial.

O aumento do desemprego, atrelado a uma forte competição entre os trabalhadores, engendrou uma situação em que a “empresa neoliberal” tinha muito mais facilidade para desestruturar os grandes e antigos coletivos de trabalho. Como exemplo pode-se citar a questão

das terceirizações, que logrou dispersar as concentrações de trabalhadores nas fábricas e facilitar a destruição das “antigas relações políticas”, empurrando grande parte da “nova classe trabalhadora” para o setor de serviços, carente de organizações coletivas consolidadas e fortalecidas. Além disso, outro fator merece destaque na reconfiguração e na construção de novos espaços de trabalho nos anos 1990: “[...] uma concepção reestruturada do espaço e com fartura de equipamentos informacionais, permitiu uma profunda transformação da organização do trabalho à qual nem todos os integrantes da “velha classe trabalhadora” puderam adaptar-se” (BRAGA, 2006, p. 138).

Maricato (2015) aponta que a exploração da força de trabalho nas cidades tem se dado em um contexto no qual a estrutura mesma das cidades “dificultam”, paradoxalmente para o capital, a reprodução da força de trabalho. Um trabalhador que demora para se deslocar ao local de trabalho, devido às grandes distâncias e à precariedade dos meios de transporte, gasta grande parte de seu “tempo livre” com afazeres como compras para a casa, cuidados com a saúde, vivência familiar etc. e dorme cada vez menos, tende a não permanecer muito tempo em uma mesma empresa, o que aumenta a rotatividade do trabalho de forma geral e a dificuldade para se aposentar, visto que grande parte da classe trabalhadora urbana passa também um tempo considerável de seu tempo de trabalho na informalidade, sem contribuir para a previdência social. Para resolver esse “paradoxo” o capital, atrelado a um processo crescente de urbanização, estimula o crescimento populacional da classe trabalhadora precarizada, desde os anos 1960, a fim de aumentar o “exército industrial de reserva” e manter um controle maior sobre a força de trabalho (Idem).

Para Antunes (2011), a recente crise estrutural do capital, que eclodiu em 2008 nas economias centrais, fez ampliar significativamente a precarização do trabalho e corroeu ainda mais o trabalho contratado e regulamentado, gerando novas formas de precarização e informalidade. O autor destaca que em pleno século XXI, tanto na cidade como no campo, a despeito de avanços tecnológicos, as jornadas de trabalho vêm crescendo de forma notória:

Estas modalidades de trabalho — configurando as mais distintas e diferenciadas formas de precarização do trabalho e de expansão da informalidade — vêm ampliando as formas geradoras do valor, ainda que sob a aparência do não valor, utilizando-se de novos e velhos mecanismos de intensificação (quando não de auto exploração do trabalho). Seria necessário recordar que, em pleno século XXI, há jornadas de trabalho, em São Paulo, que chegam a dezessete horas diárias, na indústria de confecção[...]. Ou a profusão de exemplos de trabalho no agronegócio do açúcar, onde cortar mais de dez toneladas de cana por dia é a média em São Paulo, sendo que no Nordeste do país esse número pode chegar até dezoito toneladas diárias. (ANTUNES, 2011, p. 407).

Nos últimos anos, pode-se considerar que há uma precarização estrutural do trabalho (ANTUNES, 2010; CARVALHO, 2014). Nesse contexto, o fluxo global de capitais exige o desmonte das legislações trabalhistas nacionais, o que significa o aumento dos mecanismos de exploração do trabalho e a destruição de direitos sociais que foram conquistados desde a Revolução Industrial nas economias centrais e desde a década de 1930 no Brasil (Idem).

No que toca aos direitos sociais, o retrocesso é cada vez maior nos dias atuais. Antunes (2017) aponta que as reformas em curso no Brasil são um cenário de “devastação” nos direitos conquistados a duras penas: “Este pacote da reforma trabalhista, por exemplo, junto com a proposta de destituição da previdência, acaba mostrando que o governo [...] se agarra no colo das classes dominantes para fazer tudo o que essas classes não estavam conseguindo fazer na intensidade que queriam.” (ANTUNES, 2017).

O MTST lida, assim, em um contexto extremamente difícil para a organização e formação política da classe trabalhadora urbana. Mas, dialeticamente, esse mesmo contexto cria novas possibilidades para a absorção e formação de novos militantes do movimento. O MTST tem uma reflexão sobre a base social de trabalhadores que compõe o movimento e, a partir dessa reflexão, estrutura momentos formativos nas ocupações, à semelhança do MST. O próprio movimento define em seu site a análise que faz do setor da classe trabalhadora junto ao qual atua: “[...] o capital dividiu os trabalhadores devido à diversificação das formas de trabalho: relação assalariada e trabalho por conta própria; formalidade e informalidade; contratos temporários; terceirização; desemprego crônico, etc.” (MTST s/d). E também faz uma projeção de suas ações políticas, classificando-se como um “[...] movimento popular, que tem como elemento central a classe trabalhadora, e que expressa sua luta por direitos negados pelo capital e pelo Estado, tais como terra, moradia, serviços básicos etc. ou por resistência às opressões sofridas enquanto classe.” (MTST s/d).

A partir dessa reflexão o MTST projeta sua organização interna e também seus objetivos de organização política. Com a diminuição da base de influência dos sindicatos, que atuam unicamente entre os trabalhadores em sua base profissional, grande parte da classe trabalhadora precarizada é fragmentada e não dispõe de elementos coletivos de organização (BRAGA, 2006). Grande parte desses trabalhadores são atraídos por ações assistencialistas conservadoras de governos e ONGs ou acabam se inserindo em organizações criminosas, abdicando de uma inserção política efetiva, ainda que continuem sendo um “ator social” extremamente importante na atual configuração da classe trabalhadora urbana. Goulart (2011) destaca que a fragmentação desse setor de trabalhadores gera uma formação política

descontinuada e dificulta a formação de uma base social consistente e organizada no MTST. É um problema que o movimento tem que lidar a todo o tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MTST, assim, desenvolve formas diversas de formação política. A ocupação de terras, assim como ocorre com o MST tem para o movimento um caráter pedagógico e formativo por excelência. É o primeiro momento de aprendizado e formação na própria ação política direta. No Relatório da Reunião Nacional do MTST de 2009, o capitalismo é definido como um sistema de “natureza contraditória e opressora que impede o acesso da maioria da população ao poder e às riquezas sociais” (2009, p.13). O MTST não conta com uma estrutura tal qual o MST, que por exemplo tem a Escola Nacional Florestan Fernandes como principal centro de formação. Também não tem ainda uma rede de relações com outros movimentos sociais, universidades, partidos políticos de esquerda, frentes amplas de mobilização que lhe permitam oferecer cursos de formação política estruturados como os do MTST. Mas, desde suas origens, o movimento reserva lugar especial para a formação de seus militantes e realiza essa formação, progressivamente, em suas ocupações. Tem sido cada vez mais comum o MTST fazer parcerias com grupos locais de educação popular e de teatro, a fim de que participem da formação política de seus militantes a partir de seus territórios (Goulart, 2011).

A pesquisa consistiu em fazer um levantamento bibliográfico de textos que já analisaram a formação política no interior do MTST, como Goulart (2011) e a Cartilha do Militante, produzida pelo próprio movimento (2005). Neste ponto em especial, considera-se que poucas pesquisas sociológicas trataram da formação política no MTST. Esta pesquisa teve a intenção de avançar na supressão dessa lacuna a partir de trabalho de campo, que destacamos aqui a partir da Ocupação Povo Sem Medo de São Bernardo do Campo, iniciada no ano de 2017.

A primeira hipótese da pesquisa foi que tanto o MTST tem valorizado a formação política como elemento fundamental para a incorporação de trabalhadores precarizados, que se tornarão militantes políticos. Dificilmente, trabalhadores precarizados que se inserem organicamente no movimento, não passam pelos processos de formação política propostos. O MTST considera a formação política como algo essencial para que um trabalhador recém-incorporado às suas fileiras se torne um militante de forma orgânica. Isso porque o histórico desses “novos militantes” vem de um contexto onde os sindicatos não conseguem mais atuar como elementos de formação política. O trabalhador recém- incorporado, na maioria das vezes,

teve pouca inserção na luta política, o que torna a formação ainda mais necessária (GOULART, 2011).

A segunda hipótese da pesquisa foi que os cursos e atividades de formação política do MTST têm tratado, cada vez mais, de aspectos centrais da atual crise estrutural do capital, como a precarização do trabalho, o desemprego, a perda de direitos sociais e a devastação ambiental. Identificar esses aspectos passou por traçar um panorama dos trabalhadores recém-incorporados, analisar as características dos momentos formativos e identificar seus possíveis sucessos e fracassos.

A ocupação Povo Sem Medo de São Bernardo teve início em setembro de 2017, com cerca de quinhentas pessoas, que ocuparam um terreno de sessenta mil metros quadrados, que estava vazio há cerca de quarenta anos. Em poucas semanas a ocupação já contava com oito mil famílias, que é o máximo que sua capacidade suportava. Desde a primeira semana o MTST realizou uma assembleia semana aos domingos onde todas as famílias participavam. Desde o início da ocupação, o MTST tem se preocupado com os espaços de formação política. No mês de outubro se iniciaram grandes aulas públicas com apoiadores do movimento, como o religioso católico frei Betto, o cantor seu Jorge, o artista Wagner Moura e a apresentadora Mônica Iozzi. No mês de novembro do mesmo ano, o escritor Ferréz inaugurou uma biblioteca na ocupação, doando centenas de livros. No mês de dezembro foi lançado a plataforma política “ABC Sem Medo”, inserida na dinâmica da Frente Povo Sem Medo, articulação de movimentos sociais que procuraram se unir em ações políticas e na construção de um programa comum para o país.

No mês de outubro de 2017, foi marcado um show de Caetano Veloso na ocupação, que foi proibido pela justiça local, com a anuência do prefeito de São Bernardo do Campo, Orlando Morando, do PSDB. A proibição gerou efeito contrário ao desejado pelas autoridades. A ocupação ganhou projeção nacional e um novo show do artista baiano foi marcado para dezembro, unindo-se às comemorações dos vinte anos do MTST, realizado no largo da Batata em São Paulo. No mês de janeiro de 2018, o MTST iniciou as atividades formativas com uma roda de conversa LGBTT e seguiu fortalecendo a Ocupação Povo Sem Medo de São Bernardo, bem como as outras ocupações que ainda mantém na grande São Paulo. A saída do terreno foi negociada, com a conquista de moradias para as famílias que ocuparam o terreno durante set meses. Em um cenário onde o déficit habitacional continua crescendo exponencialmente nas regiões metropolitanas (MARICATO, 2015), o MTST continua atuando nas lutas por moradia e pela transformação da sociedade, também através da educação de cunho libertador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. **Serv. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 632-636, out. /dez. 2010.

_____. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serv. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

_____. Entrevista Correio da Cidadania. [Documento eletrônico]. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BENEDICTO, S.; ROMANIELLO, M.; ASILVA, A.; STIEG, C. Precarização das relações do trabalho rural no Brasil: uma abordagem histórico-analítica. I ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO, Natal, 2007.

BENOIT, H. O assentamento Anita Garibaldi: entrevista com lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). **Revista Crítica Marxista**. São Paulo, n.14, p. 134-149, 2002.

BRAGA, R. Uma sociologia da condição proletária. **Revista Tempo Social**, v. 18, n. 1, p133-152, 2006.

_____. **A pulsão plebeia**, São Paulo: Alameda Editorial, 2006.

BURAWOY, M. **Marxismo sociológico**, Rio de Janeiro, Alameda Editorial, 2014.

CALDART, T.; PEREIRA, I.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARVALHO, A. A precarização estrutural do trabalho na civilização do capital em crise: o precariado como enigma contemporâneo. **Rev. Pol. Públ.**, São Luís, Número Especial, p. 225-239, 2014.

CARTILHA DO MILITANTE DO MTST (2005). [Documento eletrônico]. Disponível em: <<http://ww.mtst.org.br>>. Acesso em 22/05/2017.

DEMO, P. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES. Uma escola em construção. [Documento eletrônico]. Disponível em: <<http://www.amigosenff.org.br/pt-BR/a-escola/construcao>>. Acesso em: 15 maio 2015.

_____. Formação. [Documento eletrônico]. Disponível: em <<http://www.amigosenff.org.br/pt-BR/a-escola/formacao>> Acesso em: 15 maio 2015.

FOSTER, J. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GONÇALO, J. **Reforma agrária como política social redistributiva**. Brasília: Editora Plano, 2001.

GOULART, D. **O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011.

LÖWY, M. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

_____. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

_____. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**, São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **O capital** (livro 1 – v. I), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**, São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MÉSZAROS, I. **Para além do capital**, São Paulo: Boitempo Editorial. 2002.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**, São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MORISSAWA, M. **A luta pela terra e o MST**, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Carta do 5º Congresso Nacional do MST - 2007. [Documento eletrônico]. Disponível em <<http://bit.ly/2W6mhC1>>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. Quem somos. [Documento eletrônico]. Disponível em: <<https://bit.ly/2CIHqbs>>. Acesso em: 15 maio 2015.

PINASSI, M. **Da miséria ideológica à crise do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

RIBEIRO, M. Reforma agrária, trabalho agrícola e educação rural: desvelando conexões históricas da educação do campo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 79-100, jan./mar. 2015.

SANTA'ANA, A. Trabalho e Desenvolvimento: a realidade rural e a questão social. **Serv. Soc.** n.120, São Paulo Out./Dez., 2014.

SCHLINDWEIN, M., A desproteção social dos trabalhadores rurais nos acidentes de trabalho, **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 109 - 117, jan. /jul. 2011.

SILVA, G. A Natureza Educativa das Ocupações de Luta Pela Terra no Brasil, **Revista Libertas**

eletrônica. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistalibertas>>. Acesso em: 20 maio 2017.

SOUZA, R. **A mística do MST**: mediação da práxis formadora de sujeitos históricos. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2011.

Recebido em: 17/06/2019

Aprovado em: 30/10/2019